



Ciências Sociais Unisinos

ISSN: 1519-7050

periodicos@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Brasil

Hillenkamp, Isabelle

Sujeitos políticos da economia solidária e comunitária na Bolívia: tendências e modelos  
do setor camponês-indígena

Ciências Sociais Unisinos, vol. 52, núm. 3, septiembre-diciembre, 2016, pp. 299-308

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93849899003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# Sujeitos políticos da economia solidária e comunitária na Bolívia: tendências e modelos do setor camponês-indígena<sup>1</sup>

Political subjects of solidarity and community economy in Bolivia:  
Tendencies and models in the peasant-indigenous sector

Isabelle Hillenkamp<sup>2</sup>  
isabelle.hillenkamp@ird.fr

## Resumo

*Este artigo analisa as tendências e os modelos da economia solidária e comunitária no setor camponês-indígena na Bolívia. Partindo da recente disputa, provocada pelo novo quadro legislativo, entre as organizações econômicas comunitárias (OECOMs) e as organizações econômicas camponesas (OECAs), o texto retrata as trajetórias históricas que explicam as formas de organização coletivas, políticas e socioeconômicas no setor camponês-indígena. Em um primeiro momento, o artigo defende o argumento de que esses dois modelos de organização estão fundados em diferentes modos de gestão dos comuns nas comunidades rurais, tendo como eixo, no primeiro caso, a simples reprodução familiar associada à governança local liderada pelos sindicatos agrários, e, no segundo caso, a associação voluntária de produtores de um mesmo setor de atividade. Em um segundo momento, o artigo contempla a constituição das OECOMs e OECAs como sujeitos políticos. No que diz respeito aos sindicatos agrários e às OECOMs, é destacada uma concepção do público cujo eixo principal é o Estado e cujo objetivo é obter um reconhecimento político e institucional, porém, ao adotar tal concepção, põem em risco sua autonomia. As OECAs se diferenciam por terem uma visão mais ampla do coletivo (não determinada pelas estruturas sindicais e comunitárias) e do público (não se limitando ao Estado), não sendo, no entanto, sempre possível evitar o risco de cair no corporativismo. Essa análise fornece enfim algumas pistas atuais para a continuação do processo de democratização da economia.*

**Palavras-chave:** economia solidária, comunidade rural, comuns, assuntos políticos, espaço público.

## Abstract

*This article analyzes the trends and models of community and solidarity economy in the peasant-indigenous sector in Bolivia. From the recent dispute between community economic organizations (OECOMs) and peasant economic organizations (OECAs) caused by the new legislative framework, it goes back to the historical trajectories that explain the forms of collective, political and socio-economic organization in the peasant-indigenous sector. At a first level, the article argues that these two organizational models are based on different modes of governance of the commons in rural communities, focused on mere family reproduction associated with local governance through agrarian unions in the first case and the voluntary association of producers in the same sector of activity in the second case. At a second level, the article considers the constitution of OECOMs and OECAs as political subjects. It points to a State-based conception of the public sphere in the case of the agrarian unions and the OECOMs that aims at political and institutional recognition but can also lead to a loss of autonomy. The OECAs are distinct in that they*

<sup>1</sup> Este artigo deve muito às trocas realizadas com Fernanda Wanderley, sobretudo em fevereiro de 2016. O resultado apresentado no presente artigo é, no entanto, de minha inteira responsabilidade. Artigo inédito originalmente escrito em francês e traduzido por Alice Fernandes.

<sup>2</sup> Institut de Recherche pour le Développement. Centre d'Études en Sciences Sociales sur les Mondes Africains, Américains et Asiatiques. Université Paris Diderot. Case courrier 7017. 75205 Paris CEDEX 13, França.

*have a broader vision of the collective (not determined by the unions and communitarian structures) and of the public (not limited to the State), without always being able to avoid the risk of corporatism. This analysis ultimately suggests reflection and action for the further democratization of the economy.*

**Keywords:** *solidarity economy, rural community, commons, political subjects, public space.*

## Introdução

Ao longo das últimas três décadas, as iniciativas coletivas, solidárias ou de caráter "comunitário" se multiplicaram na Bolívia, como reação, principalmente, ao modelo neoliberal introduzido no país em 1985. Associações ou cooperativas de produtores, de artesãos, corporações agrárias, grupos informais, de mulheres, de ajuda mútua, redes de comércio, lojas comunitárias e escolas de liderança surgiram em especial no meio rural e nas periferias das cidades e se organizaram na maioria dos casos através de coordenações, redes ou federações em uma escala regional ou nacional. A partir dos anos 1990, essas iniciativas receberam o apoio de inúmeras ONGs, desenvolvendo com elas diferentes tipos de relações. Com a posse de Evo Morales em 2006, essas iniciativas vêm ganhando igualmente novas respostas do Estado, pois o cenário cognitivo e discursivo das políticas públicas passou por transformações radicais. A economia plural, a economia comunitária e a social-cooperativa fizeram sua primeira aparição no vocabulário do governo e da sociedade civil e foram institucionalizadas na Constituição de 2009 e posteriormente no conjunto de leis e de estratégias aprovadas durante o segundo mandato e até hoje, durante o terceiro mandato de Morales (respectivamente, 2010-2014 e depois 2015).

Essas novas categorias políticas moldam a identidade e as estratégias de diferenciação entre os atores da economia solidária e comunitária; elas instituem os novos sujeitos legítimos da ação pública, com maiores chances de acesso aos recursos estatais. O resultado disso é um campo complexo atravessado por alianças e lutas entre organizações da sociedade civil e atores governamentais. No setor camponês-indígena<sup>3</sup>, em particular, duas leis concorrentes foram aprovadas em 2011 e 2013 respectivamente. Trata-se, por um lado, da lei nº 144 da Revolução Produtiva Comunitária Agropecuária, impulsionada pelo governo central com o apoio de importantes organizações sindicais: a Confederação Sindical Única dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB), a Confederação Sindical das Comunidades Interculturais da Bolívia (CSCIB) e a Confederação Nacional de Mulheres Camponesas Indígenas Originárias da Bolívia "Bartolina Sisa" (CNMCIOB-BS)<sup>4</sup>. Por outro lado, a lei nº 338 para a Integração da Agricultura Familiar Sustentável e a Soberania

Alimentar surge de uma longa mobilização da Coordenação de Integração das Organizações Econômicas Camponesas, Indígenas e Originárias (CIOEC), a partir dos anos 2000. Ambas leis têm como objetivo a soberania alimentar, porém a primeira institui um novo modelo de organização econômica dita "comunitária" (OECOM), enquanto que a segunda reconhece a existência de uma categoria de organização econômica camponesa mais antiga (OECA), aceitando ao mesmo tempo que as novas OECOMs também façam parte da pauta das políticas de agricultura familiar e de soberania alimentar (Hillenkamp, 2014; Wanderley et al., 2015).

Essa diferença, e a disputa entre OECOMs e OECA, implicada por ela, ilustra a complexidade do campo da economia solidária e comunitária na Bolívia, evidenciando suas fronteiras internas construídas atualmente a partir de uma relação dialética entre as energias e as formas de organização da sociedade civil, por um lado, e as lógicas de reconhecimento e de instituição do Estado, por outro. A constituição dos sujeitos políticos é central nas organizações da economia solidária e comunitária. Ela constitui um elemento-chave de diferenciação e, assim, uma dimensão indispensável para qualquer ensaio de tipologia. Estas estratégias acontecem tanto na tradução por estas organizações dos seus conceitos do comum, do coletivo e da solidariedade nas suas práticas socioeconômicas locais quanto nas relações entre suas organizações centrais (federações, coordenações e outras) e o governo, e em seu posicionamento no espaço público.

Essa problemática nos conduz a reafirmar a necessidade de uma abordagem institucional e política das empresas sociais do tipo solidário (Hillenkamp e Wanderley, 2015; Laville et al., 2016). Essa abordagem ressalta os valores e os princípios que atravessam as práticas econômicas, sociais e políticas das organizações solidárias e comunitárias, para questionar sua contribuição à construção do comum e do público em um horizonte democrático. Segundo essa perspectiva, as modalidades, de uma maneira geral, de ação coletiva e, em particular, da gestão dos bens comuns dependem de acordos institucionais que não são necessariamente duráveis (Ostrom, 2010) nem democráticos, e dos quais é preciso extrair as estruturas e as lógicas. O espaço público não é, aliás, homogêneo, nem reduzido às instituições do Estado, mas ele constitui, ao contrário, o espaço de expressão

<sup>3</sup> Este conceito, criado pelo antropólogo Xavier Albó (2000), denota a existência na Bolívia de um ator social caracterizado, de um lado, por sua condição socioeconômica camponesa (vivendo do trabalho da terra) e, do outro, por sua identidade étnica (indígena ou originária).

<sup>4</sup> Quadros sintéticos das principais federações sindicais, indígenas e das organizações econômicas camponesas assim como as siglas usadas ao longo do texto encontram-se em anexo.

das diferenças e de eventuais conflitos, e de construção de relações e de acordos entre diversas partes, estatais ou não estatais, indispensável a qualquer sociedade democrática.

Seguindo esta abordagem, esse artigo propõe distinguir duas principais tendências e modelos da economia solidária e comunitária no setor camponês-indígena na Bolívia. Tendo como ponto de partida a disputa semântica e política recente entre as OECOMs e as OECAs, pretende-se apreender esses atores em função de sua concepção e de sua prática da construção do comum partindo do nível local até o nível da ação política. Nota-se que a elaboração de tipos ideais é fundamentada necessariamente em fatos estilizados, ressaltando, assim, as características comuns de cada modelo e não as diferenças internas de cada um deles. Desse modo, este artigo se apoia na síntese de pesquisas de campo anteriores (Hillenkamp, 2014), nos estudos em andamento<sup>5</sup> e na literatura local, que nos permitem a identificação dessas características situando-as em seu contexto socioeconômico e sociopolítico.

## OECOMs e OECAs: configuração do comum a nível local

Analizar a concepção e a construção local do comum pelas OECOMs e as OECAs implica situar esses modelos de organização em uma longa trajetória histórica, explicando suas funções respectivas, suas interações, seus pontos de ligação e suas diferenças. Essa história se inscreve, por um lado, na própria história das organizações sindicais, com base campesina, cuja aliança com o governo central resultou na figura da OECOM em 2011; e, por outro lado, na história das OECAs, que sempre buscaram melhorar as condições de produção e de comercialização agrícola. Essa história é, aliás, inseparável da história da organização comunitária pré-colonial do *ayllu*, que existe até hoje nas comunidades rurais sob formas que são incessantemente renovadas.

## Sindicatos agrários, governança comum de terras de controle familiar e OECOMs

Historicamente, os sindicatos agrários (chamados também de campões) aparecem na Bolívia nos anos 1930. Nessa época, o trabalho da população indígena rural é organizado dentro das fazendas e das comunidades indígenas ditas "autônomas". Essas geralmente seguem o sistema de governança territorial do *ayllu*,

que persiste desde a época pré-colonial se adaptando a importantes pressões durante a Colônia e ainda mais durante o período republicano. Tanto nas fazendas quanto nas comunidades "autônomas", a população indígena é submetida a um trabalho servil, o qual será contestado pelos novos sindicatos agrários.

Sua aparição se apresenta em um contexto de contestação mais ampla diante da oligarquia no poder, crescente durante os anos 1930 e 1940. Em 1952, ela consegue tomar o poder de Estado através do Movimento Nacional Revolucionário (MNR). Liderada por intelectuais oriundos da classe média, a revolução de 1952 é fruto de uma aliança com os sindicatos agrários e operários, inclusive mineiros, e com as milícias camponesas. Estes atores são recompensados em 1953 por meio da nacionalização das minas e da reforma agrária, que desapropria os proprietários das fazendas e redistribui suas terras para os camponeses. Essa mudança radical dá origem a uma nova estrutura agrária, em especial no Altiplano, cujo elemento de base é a pequena propriedade familiar, sob controle do chefe de família<sup>6</sup>. Os casos de propriedade de comunidade indígena ou de propriedade agrária cooperativa, previstos na reforma agrária, permanecem marginais (Damonte, 2011). Desse modo, o Estado revolucionário transforma o sindicato agrário em modelo quase obrigatório de organização para os novos camponeses proprietários, nos limites das antigas comunidades autônomas e das que foram reconstituídas nas terras de fazendas desapropriadas. Entre 1952 e 1955, em torno de 20.000 sindicatos agrários foram criados em todo o país (Antezana Ergueta, 1982, p. 92). O modelo do *ayllu* não desaparece, mas ele passa a ocupar uma posição subordinada em relação ao sindicato agrário, que nesse momento se impõe como modelo de governança em nível comunal reconhecido pelo Estado.

Desde essa época, os parâmetros desse modo de governança são claramente ditados pelo controle da terra na esfera familiar e sob a dominação masculina. Nesse aspecto, o modelo do *ayllu* e o do sindicato agrário são convergentes. No modelo do *ayllu*, pertencer a uma comunidade significa possuir terras e constituir uma família; essa etapa marca o reconhecimento dos jovens como "pessoas" feitas (*jaq'i*) (Ticona Alejo, 2003). Os chefes de família são admitidos na assembleia comunitária, cujo modelo de funcionamento se baseia no consenso, e têm aos poucos acesso a responsabilidades de autoridade que lhes são atribuídas de acordo com um sistema de rotação. Se uma carga de responsabilidade é atribuída a um casal, o homem encarna a autoridade enquanto que a mulher deve assegurar o serviço à comunidade (Ticona Alejo, 2003, p.131). A assembleia comunitária trata, aliás, de um vasto conjunto de questões consideradas como coletivas, indo da gestão de litígios externos mas também internos à família, ao acesso aos serviços de educação e de saúde,

<sup>5</sup> No contexto do projeto International Comparative Social Enterprise Model (ICSEM) e do projeto Feminist Analysis of Social and Solidarity Economy: Views from Latin America and India. Este último projeto é financiado pelo Swiss Network for International Studies e coordenado pelo Instituto de Altos Estudos Internacionais e do Desenvolvimento (Genebra). Ambos projetos estão implementados na Bolívia em parceria com o CIDES-UMSA.

<sup>6</sup> 98,8% dos novos títulos de propriedade foram emitidos em benefício de pessoas do sexo masculino (Colque e Soria, 2014, p. 7).

ao posicionamento na conjuntura política local e até mesmo nacional, à organização do trabalho na comunidade e à governança dos recursos comuns (Ticona Alejo, 2003). Tais recursos são principalmente as infraestruturas (caminhos e vias de acesso, centro comunitário), a água e, em alguns casos, pastos ou terras coletivas (*aynuga*) (Damonte, 2011). No entanto, eles excluem a agricultura ou a pecuária nos lotes familiares, assim como as iniciativas de geração de renda de cada família.

O modelo sindical, sempre ao buscar afirmar sua posição na luta de classes, valorizar a combatividade de seus dirigentes e adotar funções e uma estrutura piramidal oriunda do sindicalismo operário, tem também seus pilares, no que diz respeito à governança local, nos princípios de propriedade familiar da terra e de reprodução das unidades familiares sob o controle de homens adultos<sup>7</sup>. E, certamente mais do que no modelo do *ayllu*, a lógica de reprodução familiar se impõe na construção de interesses coletivos suprafamiliares. A gestão dos recursos comuns se restringe normalmente à água, às infraestruturas e, em alguns casos, aos recursos, sejam financeiros ou em espécie, de projetos de instituições exteriores; estas são, aliás, hoje frequentemente questionadas por uma suposta tendência à ingerência.

Nesse contexto, as observações convergem para mostrar que a gestão local dos recursos em comum e a organização do trabalho coletivo repousam quase sempre em uma simples divisão entre as famílias afiliadas ao sindicato agrário. As construções de coletivo com maior ambição, visando ampliar os recursos em comum e a cooperação, entram em conflito com as barreiras estruturais e organizacionais resultantes da própria lógica de construção desses sindicatos desde o século XX. Nessas condições, a chamada das federações sindicais para constituir as OECOMs, que supõe uma colaboração do conjunto das famílias da comunidade em prol de um mesmo objetivo econômico, parece na maioria dos casos utópica e até mesmo contraditória. Este modelo se apresenta, por fim, mais como um desafio político do governo e como uma oportunidade para as federações sindicais obterem recursos das novas políticas públicas do que como uma realidade empírica.

Tal fato foi reconhecido pelo vice-presidente Álvaro García Linera, que o justifica como uma falta de "maturidade" da sociedade:

*Em 2011, nós queríamos construir um poder econômico dos sindicatos e nós acreditávamos que iríamos conseguir através do investimento nas atividades associativas. Nós percebemos que não se trata de uma questão de vontade do Estado, nós não podemos impor. As condições de maturidade da sociedade para assumir o poder de maneira comunitária eram fracas (Entrevista com o vice-presidente do Estado plurinacional Álvaro García Linera. Matutino El Deber, 05/12/2014, in Wanderley et al., 2015, p. 62, tradução minha).*

Para além desse episódio, essa experiência revela o modelo de construção do coletivo nas comunidades rurais mostrando que a função política, de governança em nível comunal, liderada pelos sindicatos agrários, não se confunde com a de uma organização socioeconômica, na qual a lógica dominante de reprodução familiar cria obstáculos importantes.

## Organizações econômicas campesinas

Em paralelo aos sindicatos agrários, organizações econômicas camponesas (OECAs) se formaram nos territórios de certas comunidades rurais justamente para ocupar funções comerciais, para melhorar a produção, a formação e o acesso aos financiamentos e aos recursos. As mais antigas datam dos anos 1960 e 1970, em um momento em que o mercado era protegido por políticas de substituição das importações. A partir de 1985, a abertura comercial provoca a concorrência com os produtos importados. Ao mesmo tempo que a estagnação da economia se estabelece, a produção não transável e a produção destinada ao mercado interno diminuem; apenas a produção destinada à exportação cresce.

Nesse contexto, ONGs e agências de cooperação internacionais iniciam projetos visando aumentar a produção camponesa. Inúmeras OECAs foram criadas, mas, em sua grande maioria, ou produziam basicamente para seu próprio consumo, ou então dependiam de organizações de apoio para vender no interior ou exterior do país (Betancourt, 1999). A necessidade de uma resposta coletiva, no que diz respeito não somente a uma melhora da produção, mas também ao acesso aos mercados, convencionais ou "alternativos", e ao crédito, urge e se impõe como uma prioridade para um grande número de OECAs que organizam, em 1990, o 1º Encontro Nacional de Organizações Econômicas Associadas. Este encontro permite, no ano seguinte, a criação do Comitê Integrador das Organizações Econômicas Camponesas (CIOEC), visando à coordenação e à representação em nível nacional (Devischer Leroux, 1996). No início dos anos 2000, essa organização tomará partido contra os tratados de livre comércio bilaterais e contra o projeto de livre comércio das Américas para defender a soberania alimentar fundada na autogestão camponesa. O número de OECAs afiliadas ao CIOEC cresce consideravelmente, de 17 desde a sua criação para 778 em 2009, das quais 661 se situam nos setores da agricultura e da pecuária (CIOEC, 2009)<sup>8</sup>.

Em nível local, por causa da organização do trabalho agrícola, a participação nas OECAs se situa normalmente em um nível familiar. No entanto, observa-se que 59% dos membros das OECAs, em nível nacional, são mulheres (CIOEC, 2009). Além do peso

<sup>7</sup> Um livreto destinado à formação dos atores locais descreve a organização do sindicato agrário usando os termos seguintes: "Estamos dentro del sindicato todos los hombres y mujeres, jóvenes y viejos que vivimos en la comunidad. A las asambleas van sólo los jefes de familia" (CICDA, 1985, p. 9).

<sup>8</sup> As outras OECAs correspondem ao setor artesanal (95), do turismo e dos serviços (12), e da extração e colheita (10).

das OECAs artesanais, em sua maioria femininas, essa proporção pode ser explicada pelo aumento do número de terras registradas em nome de mulheres<sup>9</sup> e, mais amplamente, pela feminização de uma agricultura camponesa indígena hoje em crise (Colque e Soria, 2014). Se, em alguns casos, a participação das mulheres nas OECAs foi julgada "marginal" (Jímenez, 2003, p. 11), é possível supor que a situação varie localmente e evolua em direção a uma maior participação, pelo menos quantitativa, em nível nacional.

Por outro lado, as OECAs têm como princípio uma afiliação voluntária em função do setor de atividade, diferentemente da afiliação obrigatória feita em função do território comunitário do qual se faz parte, característica dos sindicatos agrários (Hillenkamp e Wanderley, 2015). Na prática, a regulação das relações sociais locais exercida pelos sindicatos agrários limita consideravelmente as iniciativas produtivas ou comerciais das OECAs, que envolvem muitos indivíduos ou famílias, mas não a comunidade inteira. Essas iniciativas têm um potencial de dinamização local e, ao mesmo tempo, de corporativismo e de divisão em relação ao resto da comunidade. Para contornar essa dificuldade, uma única especialização produtiva é, às vezes, escolhida para toda a comunidade, ou até para um território mais vasto.

Tais estratégias revelam uma tensão importante presente nas OECAs, entre a lógica sociopolítica de construção do coletivo oriunda do sindicato agrário, por um lado, e novos princípios orientados para a comercialização e melhoria da produção, por outro. A influência organizacional do sindicato agrário é perceptível na decisão das OECAs em adotar modos de governança coletiva, comumente um conselho designado por rotatividade sucessiva do conjunto dos membros. Embora haja uma preferência por modos de organização já conhecidos em um contexto geral de aversão ao risco, esta escolha tende a diluir as responsabilidades, a criar entraves para a planificação a longo termo para além do mandato do conselho e a limitar as capacidades da organização em efetuar ajustes (Devisscher Leroux, 1996; Betancourt, 1999). Diante dessas condições, algumas OECAs optaram em chamar técnicos ou gerentes, vindos de suas próprias bases ou de organizações de apoio exteriores, mas cuja legitimidade e poder de decisão diante do conselho podem ser fracos. Através de formações, como no caso da Escola de Liderança, criada em 2004, a CIOEC propôs uma resposta focada na construção de capacidades humanas internas nas áreas de gestão e técnicas agrícolas. De uma maneira mais ampla, ela defendeu um duplo objetivo econômico e social das OECAs: não somente a comercialização, a transformação dos produtos e a agregação de valor, mas também a geração de oportunidades de emprego e de renda para o conjunto de membros (CIOEC, 2007; CIOEC 2009). Essa visão exclui uma direção unicamente técnica das OECAs, sobretudo quando externa, e tenta legitimar um coletivo que não engloba necessariamente toda a comunidade.

Em suma, o modo de construção do coletivo e de gestão em comum dos recursos é o motor das dinâmicas e das tensões atuais do setor camponês-indígena e constitui um ponto importante de distinção entre as OECOMs e as OECAs. O primeiro modelo simboliza a utopia de uma organização que, para evitar a divisão da comunidade, se ajustaria ao máximo aos seus critérios e onde o sindicato agrário adquiriria uma função econômica, para além da sua função política inicial. Essa utopia não é novidade. Em 1980, no contexto da luta contra a ditadura e da organização dos sindicatos agrários independentes na CSUTCB, a figura da Corporação Agrícola Camponesa (CORACA) havia sido criada para ser o braço econômico dos sindicatos. As OECOMs renovam essa utopia, mas se confrontam, tanto hoje quanto antigamente, com a ausência de uma unidade entre as estratégias econômicas das unidades familiares. A marginalização atual da agricultura familiar no sistema de produção dominado pelo agribusiness (Colque *et al.*, 2015) e a diversificação das estratégias geradas por ela tornam essa dificuldade ainda maior. As OECAs, em contraste, se formam do agrupamento de atores que têm atividades econômicas similares ou complementares, constituindo um subgrupo da comunidade ou de um território mais vasto. Sua função é socioeconômica, e seu modo de adesão, voluntário. As mulheres podem ocupar um espaço importante e mesmo criar organizações femininas, especialmente na área do artesanato. Nesse caso, a construção do coletivo e a gestão dos recursos em comum têm suas bases em um modelo associativo, cujas fronteiras com a lógica corporativista podem, no entanto, no contexto comunitário, ser particularmente tênues.

## **Configuração do comum e do público do ponto de vista político**

Para aprofundar a distinção entre os modelos da OECOM e da OECA, e a análise do setor camponês-indígena da economia solidária e comunitária na Bolívia, um segundo nível de análise deve ser levado em conta: o das formas do público e do político nas quais cada um desses modelos está inserido. As construções do coletivo em nível local dependem, tanto no plano estrutural como no material ou no simbólico, de posições políticas mais abrangentes. Isso significa que a análise dos modelos de organizações da economia solidária e comunitária não pode se limitar ao perímetro da ação local dessas organizações e deve considerar o contexto político no qual elas se desenvolvem, inclusive em nível nacional através de suas federações e outras organizações centrais. A história é novamente solicitada para explicar, dessa vez, a constituição das organizações em atores políticos e sua relação com o Estado em particular, e com o público de um modo geral.

### **Sindicatos agrários e OECOMs**

Ao longo da segunda metade do século XX, a partir de sua função enquanto governo em nível comunal, os sindicatos

<sup>9</sup> Segundo as novas normas do Instituto Nacional de Reforma Agrária desde 2001.

agrários bolivianos se constituíram em atores políticos seguindo uma lógica de agregação ascendente por níveis sucessivos: agrupamento em subcentrais e centrais sindicais (em nível municipal), a seguir em federações provinciais, regionais e estaduais, e, por fim, em comitê nacional.

A hipótese subjacente dessa construção é a existência de uma unidade de interesses do setor camponês-indígena, por causa de sua posição de classe e étnica. Essa unidade é construída a partir da função dos sindicatos agrários na esfera local, no que diz respeito à canalização de recursos para a reprodução da comunidade através das suas unidades familiares e de defesa do território coletivo diante do Estado ou de terceiros. Seja por meio da pressão dos dirigentes sindicais ou da busca de um consenso nas zonas de influência do modelo do *ayllu*, o princípio dessa construção é poder absorver as diferenças. E as que não podem ser absorvidas, em razão de particularidades regionais (minifúndio no Altiplano, latifúndio e pressão do agribusiness no Oriente), de identidades étnicas (Terras Baixas e Altas) ou ainda por causa das posições de gênero, tendem a resultar, no que diz respeito às centrais, na criação de novas organizações que estejam conectadas entre si através de alianças ou de oposições (é o caso da CSUTCB e das organizações indígenas CIDOB e CONMAQ<sup>10</sup>), ou integradas organicamente entre si (por exemplo, a Confederação de Mulheres Camponesas CNMCOB-BS no interior da CSUTCB). Surge então uma segunda lógica de fragmentação que, combinada com a primeira lógica de construção unitária através da agregação, dá origem a uma dinâmica paradoxal de solidariedade e de divisão em facções descrita por Xavier Albó (2002) como a característica do agir político dos povos indígenas da Bolívia. Nessa dialética, o espaço público, que entendemos como a "instituição dos intervalos que unem sem integrar" (Tassin, 1991, p. 33), tende a diminuir diante da pressão dobrada de unificação e de divisão.

Essa construção se faz historicamente em uma estreita relação entre os sindicatos e o Estado, instaurada com o regime nacional-popular do MNR em 1952. O papel que os operários e os camponeses tiveram na conquista da Revolução contribuiu para a criação da Central Operária Boliviana (COB), integrada ao governo do MNR mediante a nomeação de ministros operários. Representação e até inclusão no governo, capacidade de canalizar recursos para a classe operária, por um lado, e autonomia sindical, por outro lado, aparecem desde essa época como os dois polos de um equilíbrio instável. Para os sindicatos agrários especificamente, a inclusão na COB e no aparelho do Estado se dá em troca de uma assimilação cultural que os integra na "classe operária", negando sua ascendência indígena. Um sinal dessa assimilação é quando os sindicatos agrários se impõem localmente sobre os *ayllus*, diante dos quais eles se apresentam como uma promessa de modernização. De uma maneira geral, trata-se de uma versão clássica do populismo (Laclau, 2014), na

qual a construção de uma hegemonia de massa aniquila as diferenças tanto no plano discursivo, através da designação dos índios como camponeses e proletários, quanto na organização piramidal adotada pelas federações sindicais.

A partir dos anos 1960, essa construção mostra sinais de esgotamento. Em 1966, o Pacto Militar-Camponês forma uma nova aliança entre o regime do general René Barrientos, que tomou o poder, e os sindicatos agrários oficiais, que trocam sua permanência na esfera do poder de Estado pelo controle estrito de seus dirigentes. Esse momento é marcado pela cisão com os sindicatos mineiros e operários, que optam pela contestação. Em paralelo, esse Pacto é progressivamente questionado por um importante movimento contestatório, conhecido como "katarismo"<sup>11</sup> e iniciado por estudantes *aymaras* que defendem a importância de uma identidade e de uma cultura indígena que não seja reduzida ao campesinato ou à classe operária. Este movimento chega ao ápice, em 1979, com a criação da CSUTC, afiliada à COB, ratificando ao mesmo tempo a autonomia indígena-camponesa, a reintegração dos sindicatos agrários sob a matriz operária e o engajamento contra as ditaduras militares.

Um novo momento começa nos anos 1980 e 1990. Tendo como pano de fundo a transição democrática e a desregulamentação econômica, surgem novos espaços para a manifestação de pedidos em prol do reconhecimento indígena que vão progressivamente reconfigurar o movimento sindical. A Oficina de História Andina (*Taller de Historia Andina*, THOA) inicia um importante trabalho de conceptualização dos princípios pré-colombianos de governança territorial, que resultará na reconstituição do *ayllus* sob a égide do CONAMAQ (Choque Quispe e Mamani Condori, 2003). Paralelamente, as Marchas pela Dignidade, pelo Território e pela Vida simbolizam a consolidação dos movimentos indígenas, tirando proveito do novo espaço oferecido pela sociedade civil e de um contexto político, inclusive internacional, favorável às reivindicações de direitos humanos diferenciados. Em 1994/1995, a reforma dita de "participação popular" e de "descentralização" permite às organizações sindicais criarem seu próprio instrumento político e participarem das eleições, primeiramente municipais e em seguida regionais e nacionais (Sánchez García et al., 2015, p. 291). A Lei de Participação Popular reconhece também os sindicatos agrários e as comunidades camponesas enquanto Organizações Territoriais de Base e lhes dá o direito às receitas da chamada "coparticipação fiscal" em nível municipal. Em 1996, a instituição de Terras Comunitárias de Origem atende os pedidos de territórios dos povos indígenas das Terras Baixas, porém os converte em supostos guardiões dos recursos situados em seus territórios. De um modo geral, o período neoliberal revela um novo enredo para os movimentos sociais com base sindical e comunitária, no qual a presença indígena não é mais negada, porém as condições de seu reconhecimento continuam sendo definidas principalmente pelo

<sup>10</sup> Cf. quadros em anexo.

<sup>11</sup> Do nome do herói histórico aymara Túpac Katari (1750-1781).

Estado e subordinadas aos avanços da liberalização econômica. Apesar dessas limitações, esse período favorece a consolidação desses movimentos e prepara a ascensão de Evo Morales e de seu partido, o Movimento para o Socialismo (MAS).

É desse modo que, em 2004, durante o período de transição política após a demissão do presidente neoliberal Sánchez de Lozada, as principais organizações sindicais e indígenas – CSUTCB, CNMBC-BS, CSCIB, CIDOB e CONAMAQ – se juntam sob um Pacto de Unidade visando à eleição de Morales. Após a vitória em dezembro de 2005, elas obtêm em primeiro lugar a constituição de um Fundo de Desenvolvimento Indígena. Em seguida, em 2006, o Pacto de Unidade dá origem à Coordenação Nacional pela Mudança (*Coordinadora Nacional por el Cambio*, CONALCAM), que cria um dos principais espaços de decisão política em nível nacional. As organizações sindicais e indígenas favoráveis ao MAS convivem com os membros do poder executivo, legislativo e do partido governamental. Em 2009, a nova Constituição política reconhece as autonomias indígenas originárias campesinas com competências municipais em sua área de jurisdição. Em 2011, as OECOMs são instituídas pela lei nº 144.

Autonomia, por um lado, unidade e inclusão vertical no poder de Estado, por outro lado, apresentam-se novamente como duas variáveis de uma equação populista, cujo conteúdo, no entanto, sofreu mudanças significativas em relação aos anos 1950. Afirmação da pluralidade não somente cultural e política, mas também econômica é nesse momento elemento-chave do discurso de mediação política do partido governamental, mas sem grandes repercussões práticas. Essa diferença se manifesta, por exemplo, no conflito, em 2011, opondo o governo central e os indígenas das Terras Baixas por causa da construção de uma rodovia que deveria atravessar o Parque Nacional Isoboro Secure e que gerou a primeira ruptura do Pacto de Unidade. A diferença entre a pretensão política e a prática se reflete igualmente na lentidão da aplicação da Lei nº 338 para a Integração da Agricultura Familiar Sustentável e a Soberania Alimentar, intensificando as tensões entre a CSUTCB e a CIOEC e a concorrência entre os modelos de OECOMs e de OECAs. Por fim, as acusações de corrupção na gerência do Fundo Indígena, feitas em 2015 pelos deputados do MAS contra algumas organizações sindicais, aparecem como mais um sinal dos limites de uma lógica vertical de construção do poder de Estado, onde os espaços de autonomia da sociedade civil, em geral, e dos sindicatos agrários, em particular, foram mais simbólicos do que efetivos.

Essa história, que data de mais de 60 anos, evidencia uma concepção do político e do público que, por razões ao mesmo tempo estruturais – dada a posição de classe e étnica dos sindicatos agrários – e cognitivas – ligadas aos modos de ação coletiva construídos há muitas décadas –, vê o Estado como eixo principal e quase único. O poder de Estado representa a finalidade da ação política dos sindicatos agrários, seja para obter um lugar junto a este poder, seja para combatê-lo. Essa estratégia permitiu o reconhecimento institucional e político das organizações sindicais e das OECOMs. Entretanto, a construção de espaços públicos não estatais tende a desaparecer dessa perspectiva,

reforçando a dinâmica contraditória de solidariedade-união e de divisão em facções entre as organizações sindicais como principal mecanismo de agregação dos interesses e de gestão das diferenças. Os limites que esta concepção e esta dinâmica impõem à construção de sujeitos perenes e plurais da economia comunitária e solidária são perceptíveis através da experiência das OECOMs. A captação de recursos do Estado, tendo que se apoiar, em nível local, em coletivos supostamente determinados por suas origens comunitárias, sobrepuja-se à construção de bens comuns gerados democraticamente.

### **Organizações econômicas camponesas**

Mais recente do que a dos sindicatos agrários, a organização política das OECAs se estabelece no início dos anos 1990. Em 1991, o Comitê de Integração das Organizações Econômicas Camponesas (CIOEC) é criado, e, em seguida, entre 1993 e 1998, os Encontros Anuais das OECAs dão origem à Rede Nacional de Comercialização Comunitária (RENACC). Tomando como modelo a Fundação *Maquita Cushunchic, Comercializando como Hermanos* do Equador, a RENACC pretende tornar-se um espaço de encontro entre produtores e consumidores, do nível local até o nacional. Enquanto que, para as organizações de produtores, o CIOEC assume um papel de representante do setor agropecuário, e para os artesãos uma organização central é criada em 1996 sob o nome de ComArt Tukuyapaj.

Essa construção acontece em um momento de ampliação das formas populares de ação coletiva, de representação e de participação possíveis no período neoliberal. Distanciando-se do modelo piramidal das federações sindicais, a RENACC pretende ser uma rede aberta e operacional, organizada por ramos de atividades e por território e dotada de uma "voz pública" (Betancourt, 1999). Dois principais obstáculos vão atravessar esta ambição: não somente a incapacidade em construir uma organização de consumidores forte, pronta a se engajar na rede da mesma maneira que as organizações de produtores, mas também a falta de assimilação ou aceitação da estrutura horizontal da rede, que não reproduz os níveis orgânicos das estruturas sindicais de costume e não determina espaços explícitos para tomadas de decisão diante de seus atores (Betancourt, 1999, p. 18).

No fim dos anos 1990, o papel da RENACC diminui, enquanto que o CIOEC se afirma na coordenação das organizações camponesas e ganha espaço integrando uma nova Rede de Organizações de Produtores Artesanais com Identidade Cultural (*Red de OEPAIC*), dentre ela a ComArt Tukuyapaj, que se torna membro. O CIOEC se organiza por setores de atividades e, a partir de 2003, por coordenações departamentais. Ela assume um novo compromisso entre a organização não piramidal, deixando espaço para as diferenças internas ensejado na época pela RENACC, e a necessidade de instâncias bem definidas nas tomadas de decisão. No plano conceitual e simbólico, a organização se consolida em meio a princípios da economia solidária, de soberania alimentar,

de autogestão camponesa e de biodiversidade. Propensa, em princípio, a se abrir amplamente para o mundo camponês, esta abordagem não permite na prática a construção de espaços de troca de maneira estável entre o CIOEC e a CUSTCB, cujas relações permanecem governadas pela conjuntura política.

Tanto no período neoliberal quanto no período que sucede à chegada ao poder do MAS em 2006, o CIOEC se engaja em espaços de interlocução com os poderes públicos: Comitê de Ligação dos Pequenos Produtores e Mesas de Diálogo Nacional, convocadas para a elaboração da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza até 2004; mobilização pela lei de reconhecimento jurídico das OECAs a partir do início dos anos 2000, e depois propostas para a Assembleia Constituinte em 2006 e 2007. Em certos momentos, o CIOEC enfrenta também a política governamental, no que diz respeito à abertura comercial no início dos anos 2000, ou ainda tem participação em espaços ofensivos<sup>12</sup> de movimentos sociais mais amplos, como a Marcha pela Assembleia Constituinte em 2002. Em outros momentos, ele colabora em instância de políticas públicas, como o diretório do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Econômico Rural nos anos 1990, ou em espaços de decisão política como a Coordenação Nacional pela Mudança (CONALCAM) do MAS, que ela integra em 2015.

Tais posicionamentos múltiplos, tanto em espaços públicos instituídos pelo Estado quanto em espaços ofensivos de movimentos sociais ou, o oposto, dentro do aparelho do partido governamental, demonstram uma visão pragmática do espaço público, adaptando-se às condições de cada instante para defender, de diferentes maneiras, os interesses de suas organizações membros. A posição do CIOEC nesses diferentes espaços, concentrada desde o início dos anos 2000 no reconhecimento jurídico das OECAs, consiste em afirmar a contribuição das OECAs ao bem comum, através de seu "duplo objetivo", econômico e social. Capacitação dos produtores ("Mejores productores") através de assistência técnica, formação, acesso ao crédito, criação de oportunidades de emprego e renda para a população indígena-campesina historicamente marginalizada são apresentadas como a manifestação desta dimensão social, garantida pela propriedade coletiva, e não individual, dos meios de produção (CIOEC, 2007, p. 9; CIOEC, 2009, p. 27). Esta é a base do pedido de reconhecimento legal, dando direito a um regime fiscal e proteção social específicos, apresentados na Assembleia Constituinte (CIOEC, 2007), mas que não foram incluídos na lei nº 338.

É, de fato, um modelo diferente de construção do coletivo (não determinado pela estrutura comunitária), do público (não limitado ao Estado) e de contribuição ao bem comum (através da função social das OECAs) que defende o CIOEC. Este modelo continua sendo contestado, especialmente pelas organizações sindicais que apontam o risco de intervenção de organizações

corporativistas, que buscam captar recursos públicos para servir a interesses de grupos familiares. Evitar tal risco pressupõe uma prática democrática e inclusiva, do nível local à esfera política nacional. Nesse aspecto, a chegada ao poder de Evo Morales, marcada pelo reconhecimento da solidariedade como princípio de uma economia plural e pela promessa de mudanças sociais, levou a esperar, em um primeiro momento, que se abriria uma janela de oportunidade política. Hoje, no entanto, essa janela tende a se fechar dada a centralização do poder de Estado, que vem se acentuando ao longo dos mandatos presidenciais, e o controle vertical das organizações da sociedade civil. Isso não aniquila as experiências locais, mas limita seu desenvolvimento.

## Conclusão

O setor camponês-indígena da economia solidária e comunitária na Bolívia ilustra a dimensão ampla das forças coletivas que afluem na sociedade civil desse país nas últimas décadas. O retorno que elas vêm obtendo do Estado desde 2006, principalmente no que diz respeito ao reconhecimento político e institucional, constitui um avanço indiscutível apesar das dificuldades de operacionalização do novo contexto legislativo.

Entretanto, a análise aprofundada desse setor revela a complexidade da implementação de iniciativas socioeconômicas coletivas e solidárias em nível local. As lógicas políticas, as estruturas institucionais e organizacionais, mas também os marcos cognitivos dos atores são a herança de longas trajetórias históricas que condicionam fortemente as possibilidades atuais. A dificuldade em colocar em prática o modelo da OECOM e os obstáculos enfrentados pelas OECAs ilustram as limitações locais em construir bens comuns gerados democraticamente. As diferenças entre estes dois modelos mostram igualmente a diversidade possível de acordos institucionais e invalidam qualquer determinismo.

Estas limitações, por outro lado, estão longe de serem forjadas unicamente em nível local. As organizações políticas e socioeconômicas comunitárias interagem de maneira contínua com a esfera política em todos os níveis. As possibilidades e condições locais são determinadas de maneira conjunta através da interação entre essas organizações e suas federações e outras organizações centrais, e as instâncias governamentais e do partido no poder. Diferentes formas de abordar o público e o bem comum, ilustradas aqui pelas diferentes posições tomadas pelas organizações sindicais e o CIOEC, coexistem e são mais ou menos favoráveis ao desenvolvimento de uma economia solidária e comunitária democrática.

Aproximar-se desse horizonte pressupõe mudanças em diversos níveis. Mencionamos, de maneira não exaustiva: a cons-

<sup>12</sup> Na acepção de Leonardo Avritzer (2002) de espaços públicos onde os movimentos sociais podem ter um papel ofensivo ao redefinir o significado do que é político e democratizar os sistemas existentes. Esta aceitação difere da de Jürgen Habermas, para quem os movimentos sociais desempenham apenas um papel defensivo de preservar as estruturas comunicacionais existentes.

trução de uma cultura para tomadas de decisão democráticas, pressupondo um processo contínuo de debates, de aprendizado e de evolução dos marcos cognitivos dos atores; a superação da cultura política de controle vertical das organizações da sociedade civil, que tende sempre a retornar com formatos renovados; a construção de espaços públicos para a expressão das diferenças e a construção de acordos, do nível local ao nível nacional.

## Referências

- ALBÓ, X. 2000. El Sector Campesino-Indígena, Actor Social Clave. *Opciones Y Análisis*, 52:75-112.
- ALBÓ, X. 2002. *Pueblos indios en la política*. La Paz, Plural, 246 p.
- ANTEZANA ERGUETA, L. 1982. *La revolución campesina en Bolivia: historia del sindicalismo campesino*. La Paz, Cuadernos de Hoy, 112 p.
- AVRITZER, L. 2002. *Democracy and the Public Sphere in Latin America*. Princeton, Princeton University Press, 202 p.
- BETANCOURT, A.C. 1999. *Sistematización de la experiencia de RENACC: La comercialización comunitaria en el nuevo contexto*. Santa Cruz de la Sierra, PADER/COSUDE, 75 p.
- CHOQUE QUISPE, M.E.; MAMANI CONDORI, C. 2003. Reconstitución del *Ayllu* y Derechos de los Pueblos Indígenas: El Movimiento Indio en los Andes de Bolivia. In: E. TICONA ALEJO (org.), *Los Andes desde los Andes: Aymaranakana, Qhichwanakana Yatxatawipa, Lup'iwipa*. La Paz, Yachaywasi, p. 147-170.
- CENTRO INTERNACIONAL DE COOPERACIÓN PARA EL DESARROLLO AGRÍCOLA (CICDA). 1985. *El sindicato campesino: Objetivos, organización, funciones*. La Paz, CIDCA.
- COLQUE, G.; SORIA GALVARRO F. 2014. *Inclusión en contextos de exclusión: Acceso de las mujeres campesinas e indígenas a la tierra*. La Paz, Fundación Tierra, 189 p.
- COLQUE, G.; URIOSTE, M.; EYZAGUIRRE, J.L. 2015. *Marginalización de la Agricultura Campesina, Seguridad y Soberanía Alimentaria*. La Paz, Fundación Tierra, 145 p.
- COORDINADORA DE INTEGRACIÓN DE LAS ORGANIZACIONES CAMPE SINAS DE BOLIVIA (CIOEC). 2007. *Propuesta en el régimen y los derechos económicos para ser considerado en la Asamblea Constituyente*. La Paz, CIOEC Bolivia, 24 p.
- COORDINADORA DE INTEGRACIÓN DE LAS ORGANIZACIONES CAMPE SINAS DE BOLIVIA (CIOEC). 2009. *1er. Censo Nacional de Organizaciones Económicas Campesinas, Indígenas y Originarias: "Aporte de las OECA's al índice de desarrollo productivo"*. La Paz, CIOEC Bolivia, 240 p.
- DAMONTE, G. 2011. *Construyendo Territorios: Narrativas territoriales aymaras contemporáneas*. La Paz, Fundación Tierra, 147 p.
- DEVISSCHER LEROUX, M. 1996. *La problemática de la gestión en las organizaciones económicas campesinas: un análisis comparado en Bolivia*. Cuzco, Centro de Estudios Regionales Andinos Bartolomé de Las Casas, 88 p.
- HILLENKAMP, I. 2014. *La economía solidaria en Bolivia: Entre mercado y democracia*. La Paz, CIDES-UMSA, IRD, Plural, 373 p.
- HILLENKAMP, I.; WANDERLEY, F. 2015. Social Enterprise in Bolivia: Solidarity Economy in Context of High Informality and Labour Precariousness. ICSEM Working Papers. Liège, The International Comparative Social Enterprise Models Project.
- JIMENEZ, M.J. 2003. El mundo campesino ante la crisis económica actual. In: P. MONTES (org.), *Mujeres en la coyuntura nacional*. La Paz, AMUPEI, CIDEM, p. 9-18.
- LACLAU, E. 2014. Lógicas de la Construcción Política e Identidades Populares. In: J.L. CORAGGIO; J.-L. LAVILLE (orgs.), *Reinventar la izquierda en el siglo XXI: hacia un diálogo norte-sur*. Los Polvorines, Universidad Nacional de General Sarmiento, p. 253-265.
- LAVILLE, J.L.; HILLENKAMP, I.; EYNAUD, P.; CORAGGIO, J.L.; FERRARINI, A.; FRANÇA FILHO, G.; GAIGER, L.I.; KITAJIMA, K.; LEMAÎTRE, A.; SADIQ, Y.; VERONESE, M.; WANDERLEY, F. 2016. Théorie de l'entreprise sociale et pluralisme: L'entreprise sociale de type solidaire. *Revue Interventions économiques*, 54. Disponível em: <http://interventionseconomiques.re-vues.org/2771>. Acesso em: 20/01/2017.
- OSTROM, E. 2010. *Gouvernance des Biens Communs: Pour Une Nouvelle Approche des Ressources Naturelles*. Louvain-la-Neuve, De Boeck, 301 p.
- SÁNCHEZ GARCÍA, C.; TAPIA MEALLA, L.; GIL QUIROGA, M.; FARAH HENRICH, I. (orgs.). 2015. *La politización en la diferencia: Experiencias y diálogos políticos de las mujeres en Bolivia*. La Paz, Instituto Sociedades en Transformación, Conexión Fondo de Emancipación, 528 p.
- TASSIN, E. 1991. Espace commun ou espace public? L'antagonisme de la communauté et de la publicité. *Hermès*, 10:23-37.
- TICONA ALEJO, E. 2003. El *Thakhi* entre los Aimara y los Quechua o la Democracia en los Gobiernos Comunales. In: E. TICONA ALEJO (org.), *Los Andes desde los Andes: Aymaranakana, Qhichwanakana Yatxatawipa, Lup'iwipa*. La Paz, Yachaywasi, p. 125-44.
- WANDERLEY, F. (coord.); SOSTRES, F.; FARAH, I. 2015. *La Economía Solidaria en la Economía Plural: Discursos, Prácticas y Resultados en Bolivia*. La Paz, Plural Editores, CIDES-UMSA, 124 p.

Submetido: 05/09/2016

Aceito: 27/09/2016

## Anexos

## Annexes

**Quadro 1.** Principais federações sindicais da Bolívia.  
**Chart 1.** Major trade union federations of Bolivia.

Sigla ou abreviação	Ano de criação	Nome completo
CNMCIOS-BS	1980	Confederação Nacional de Mulheres Camponesas Indígenas Originárias da Bolívia "Bartolina Sisa"
COB	1952	Central Operária Boliviana
CSCIB	1971	Confederação Sindical das Comunidades Interculturais da Bolívia
CSUTCB	1979	Confederação Sindical Única dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia

**Quadro 2.** Principais federações indígenas da Bolívia.  
**Chart 2.** Major indigenous federations of Bolivia.

Sigla ou abreviação	Ano de criação	Nome completo
CIDOB	1982	Confederação dos Povos Indígenas da Bolívia
CONAMAQ	1997	Conselho Nacional dos Ayllus e Markas do Qullasuyu

**Quadro 3.** Principais organizações centrais das organizações campesinas e associadas da Bolívia.  
**Chart 3.** Main central organizations of peasant and associated organizations in Bolivia.

Sigla ou abreviação	Ano de criação	Nome completo
CIOEC	1991	Coordenação de Integração das Organizações Econômicas Camponesas, Indígenas e Originárias
Red de OEPAIC	1999	Rede de Organizações de Produtores Artesanais com Identidade Cultural
MESyCJ	2009	Movimento de Economia Solidária e Comércio Justo da Bolívia
RENACC	1996	Rede Nacional de Comercialização Comunitária

**Quadro 4.** Outras siglas utilizadas.  
**Chart 4.** Other acronyms used.

Sigla em espanhol	Nome completo
CONALCAM	Coordenação Nacional pela Mudança
CORACA	Corporação Agrícola Camponesa
MAS	Movimento para o Socialismo
MNR	Movimento Nacional Revolucionário
OECA	Organização Econômica Camponesa